

Censo 2020: seguiremos juntos nesse caminho?

A realização do Censo Experimental em Poços de Caldas (MG) já mostra que a intervenção no planejamento técnico e orçamentário do IBGE deu resultados negativos.

A notícia postada pela Presidência na intranet no dia 10/12 (“Avaliação positiva do Censo Experimental marca reunião de coordenadores do IBGE”), está repleta de imprecisões e avaliações que mascaram a realidade concreta.

Em primeiro lugar, o censo experimental demonstra que foi difícil selecionar e manter recenseadores com o salário oferecido, pois houve necessidade de fazer outro processo seletivo. Salários baixos de recenseadores e supervisores impõem dificuldades da abertura de domicílios fechados e realizar a pesquisa, impactando na sua cobertura e qualidade, pois muitas vezes é necessário fazer coleta nos finais de semana, feriados e de noite.

O número de recenseadores definidos no planejamento revisado depois da posse de Susana Guerra foi recalculado para uma proporção inferior a 1 para cada 1000 habitantes domiciliados, 180 mil recenseadores. A versão anterior havia definido 203 mil, número já considerado insuficiente pelo técnicos e trabalhadores experientes da casa. Entretanto, contraditoriamente, para Poços de Caldas foi utilizada a proporção de 1 recenseador para 1000 habitantes mais 8%, ou seja, 180 recenseadores. Revelando então que, apesar de não ser explicitada, há a avaliação interna de que o número de recenseadores definido no planejamento é insuficiente.

O censo mexicano, nosso melhor parâmetro, irá a campo com uma proporção superior a 1 para cada 1000 habitantes domiciliados em 19%, contando com um contingente de 151 mil recenseadores para uma população estimada de 127 milhões de mexicanos em 2020.

Os baixos rendimentos financeiros, a absoluta falta de transparência sobre a efetivação dos pagamentos, a concorrência com outras formas de trabalho flexível oferecidos por diferentes plataformas e uma campanha eleitoral paralela a realização da coleta censitária, irrigada por recursos que podem chegar aos 3.8 bilhões de reais, são pontos-chave de planejamento que vêm sendo subestimados.

Esses são exemplos de alguns aspectos que também não foram mencionados na avaliação “positiva” da operação. Portanto, é fundamental saber:

- Qual o percentual de domicílios ocupados sem entrevista realizada no censo experimental?
- Qual o limite de imputação desses domicílios em uma operação censitária?
- Qual foi a data real de fechamento do Censo Experimental, dia 02 de dezembro conforme previsto e amplamente divulgado, ou foi preciso seguir com a coleta?
- Como é possível realizar um evento de avaliação estratégica sem a presença do coordenador do Censo Demográfico?
- Será realizado um novo censo experimental ou qualquer outro teste antes da operação censitária de 2020? Se sim, por quê?

Uma das justificativas para a redução de orçamento do Censo 2020 foi a previsão de aumento da coleta pela internet. A Presidente já havia noticiado em uma de suas cartas semanais (27/09) que o resultado via internet havia sido de 2,3%. Entretanto, no início da operação se esperava cerca de 20% do total da coleta por esse meio. Esse ponto não foi sequer citado na avaliação. O formato de coleta pela internet adotado para o experimental já havia sido testado, juntamente com outros dois modelos em 2018, e considerado inadequado, entre outros fatores, pelo elevado custo por unidade de envio dos e-tickets frente ao retorno verificado no teste e mais uma vez referendado pela experiência em Poços de Caldas.

Para além do valor unitário cobrado pelos correios, o que torna o modelo utilizado em Poços de Caldas inviável para operacionalização em todo território coberto pelo serviço pos-

tal, aspectos relacionados a falhas na entrega [1] dos e-tickets foram determinantes para rejeição do modelo, assim como a insegurança gerada pela possibilidade de privatização dos correios o que dificulta substancialmente a inclusão dos serviços postais em um projeto com a dimensão do censo brasileiro. Portanto, a direção do IBGE insistiu em levar a campo um modelo que já havia sido testado e rejeitado, um desperdício de dinheiro público.

Sobre os reiterados alertas acerca da importância de se contar com insumos de coleta consistentes, em especial um cadastro de endereços atualizado, percebemos na matéria citada ecos perdidos na declaração contraditória da chefe da Unidade Estadual de Minas Gerais: "Para a chefe da Unidade do IBGE em Minas Gerais, Maria Antônia Esteves da Silva, não houve falhas estruturais, mas restam desafios à espera de resolução." (...) "Superamos os percalços, mas a qualidade e a quantidade dos insumos de coleta, como aplicativos e cadastros de base territorial, têm impacto muito forte no trabalho dos recenseadores. Não podemos repetir alguns erros nesses insumos", alertou."

Esse é um dos trechos da matéria. Contudo, quantidade e qualidade de insumos de coleta e cadastros de base territorial são elementos estruturais importantes. Falhas nesses campos estão relacionadas além dos atropelos no planejamento da pesquisa, com a subestimação do orçamento.

Salários e quantidade de recenseadores necessários, equipamentos em quantidade e qualidade suficientes e devidamente testados, conforme estabelecido no manual de boas práticas estatísticas da instituição, mapeamento dos setores censitários considerando aspectos operacionais sensíveis para a entrada e permanência nesses espaços, constituem aspectos fundamentais para que os domicílios sejam encontrados e dependem fortemente do orçamento e adequação do planejamento a esses desafios.

Planejamento, aliás, é uma palavra que parece não fazer parte do vocabulário da atual gestão. Quem esperava ouvir algo sobre equi-

pes de monitoramento e protocolos de ação com algum nível mínimo de hierarquização se deparou com uma resposta vaga, até mesmo singela, que se resume a "lidar com o problema quando ele ocorrer".

Como interpretar essa resposta, espantosamente sincera, do atual coordenador da área de comunicação a respeito das estratégias para combater a disseminação de notícias falsas, fenômeno que assombra as instituições em função de uma incomparável velocidade de circulação via redes sociais e aplicativos de mensagens privadas?

A abordagem oferecida pelo responsável pela CCS sem dúvida é admirável enquanto filosofia de vida, mas pouco serve aos fins de uma instituição como o IBGE. Sem planejamento minucioso a produção de dados censitários flerta com o caos e a área de comunicação assume papel estratégico para o sucesso de qualquer operação estatística no século XXI. É a imagem do IBGE que está em jogo.

O corpo técnico do IBGE e o Sindicato vêm alertando ao longo deste ano a Direção do instituto e os coordenadores diretamente envolvidos com o Censo 2020 para os problemas decorrentes da mudança intempestiva do planejamento, em meio a um contexto agravado pela precarização do quadro de recursos humanos. Esse cenário implicará em consequências irreparáveis para os objetivos da operação censitária, com desdobramentos nefastos para o sistema estatístico nacional, em função das suas implicações tanto para a repartição de fundos constitucionais, quanto para a promoção e monitoramento das políticas públicas municipais.

O Sindicato vem se empenhando em esclarecer à sociedade a importância do Censo Demográfico, visando ampliar o seu orçamento. A PLOA 2020 fechou com R\$ 108 milhões a mais, mas segue com 850 milhões em verbas condicionadas. Assim mesmo, com todo o esforço do Sindicato e da categoria, o Censo 2020 segue seriamente ameaçado. Corremos o risco de repetir no Brasil a experiência fracassada do Chile e Paraguai em 2012, que alteraram seus projetos e orçamentos depois de já ter sido realizada a maior parte do planejamento do censo, o que gerou subenumeração de pessoas e de domicílios, desperdiçando recursos públicos nessas operações.

Ao contrário do que divulga semanalmente a Presidente do IBGE, em suas cartinhas aos trabalhadores, a situação real é gravíssima. Os discursos em uma instituição de pesquisa em hipótese alguma podem resistir aos fatos. Quando isso ocorre, pior para os dados e instituições. Seguiremos juntos nesse caminho?

[1] Exemplo disso foi que nos testes de 2018, a remessa que deveria chegar a Rio Branco (AC) foi parar em São Gonçalo (RJ), obrigando um analista censitário do IBGE a levar pessoalmente os e-tickets para a capital do Acre